

# *Comunicação governamental: o local como foco de análise*

*Organização e Coordenação*

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariângela Furlan Haswani

**Catálogo na Publicação**  
**Serviço de Biblioteca e Documentação**  
**Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo**

**C741h**

Comunicação governamental: o local como foco de análise / organização  
Mariângela Furlan Haswani — São Paulo : ECA/USP, 2014.  
354 p.

ISBN 978-85-7205-121-7

1. Comunicação – Aspectos sociais 2. Comunicação – Aspectos políticos  
3. Comunicação organizacional 4. Relações públicas governamentais I. Haswani,  
Mariângela Furlan.

CDD 21.ed. – 301.16



9 788572 051217 >

**Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo • CRP**  
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Prédio 4  
Cidade Universitária, 05508-020, São Paulo, SP, Brasil  
[www3.eca.usp.br/crp](http://www3.eca.usp.br/crp) • [ecacrp@usp.br](mailto:ecacrp@usp.br)  
T [+55 11] 3091.4122 / 3091.4707

# Local: a casa do cidadão

Mariângela Furlan Haswani

A expressão “comunicação pública” tem três possíveis definições, que envolvem pontos de vista distintos: o da **origem** da formulação das mensagens e sua emissão – neste caso, exclusivamente o Estado; o da **finalidade** – aqui, principalmente as organizações do terceiro setor e o do **objeto** que, quando é o interesse geral, pode ter origem no Estado, no Mercado e no Terceiro Setor.

Essa classificação de Paolo Mancini (2008) abre um horizonte teórico abrangente para a comunicação pública, permitindo centenas de derivações que vão das ações organizacionais privadas às decisões do poder estatal constituído. Aqui, o leque de possibilidades avança, também, nos três poderes estabelecidos na Constituição Federal brasileira de 1988 – Executivo, Legislativo, Judiciário – e nos três níveis desses poderes: Federal, Estadual e Municipal.

A Carta Magna vigente no Brasil estabelece atribuições específicas a cada um dos níveis, algumas exclusivas, outras sobrepostas, mas não deixam dúvidas a respeito dos direitos fundamentais, individuais e sociais e de suas garantias – entre elas, a comunicação pública, a ser exercida por poderes federais ou locais.

Na prática, o ambiente local é o mais próximo e palpável pelas pessoas. A rua de casa, o posto de saúde, o mercado municipal, o ônibus dos destinos diários: tudo é parte do dia a dia, da intimidade de todos nós. Se qualquer aspecto da vida local falhar, inviabiliza toda a nossa rotina ou parte dela; acarreta, no final das contas, desrespeito a um ou mais direitos.

Nesse contexto, qual seria o papel da comunicação governamental?

A resposta a essa questão gera as reflexões apresentadas nos artigos dessa obra, cujos autores buscaram realidades próximas ao seu próprio cotidiano para encaixar os conceitos da comunicação pública governamental.